

XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

GRUPO DE TRABALHO: NOVAS SOCIOLOGIAS: PESQUISAS  
INTERSECCIONAIS FEMINISTAS, PÓS-COLONIAIS E QUEER.

O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE E SUAS VANTAGENS  
PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

AUTORA: PATRÍCIA MATTOS

## O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil<sup>1</sup>

Patrícia Mattos

O objetivo deste artigo é mostrar os possíveis ganhos teóricos e metodológicos que a abordagem interseccional proposta pelas autoras alemãs Nina Degele e Gabriele Winker pode proporcionar para as pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e *queer*. A novidade proposta por Degele e Winker (2007, 2008 e 2009) é a formulação de um conceito *Intersektionalität* (interseccionalidade) que permita articular a relação entre agência e estrutura, contemplando, de maneira adequada, também o nível das representações simbólicas para compreender a dinâmica da dominação social injusta. Ainda que Pierre Bourdieu<sup>2</sup> (1972, 2008, 2009), com seu conceito de *habitus*, tenha conseguido com êxito relacionar agência e estrutura, não teria conseguido levar a cabo uma análise propriamente interseccional dos três níveis – das estruturas sociais, das representações simbólicas e da identidade – e das categorias de diferenciação que naturalizam, produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

O que as autoras da teoria da interseccionalidade colocam como desafio é desenvolver um conceito e métodos de pesquisa que permitam responder às seguintes questões: como evitar a sobreposição de categorias de diferenciação, simplificando e obscurecendo o diagnóstico a respeito da relação entre as causas e os efeitos das desigualdades sociais? Como não confundir as causas com os efeitos e vice versa? Como não cair na armadilha de fazer análises “adicionais” e sobrepostas, que não permitam que se chegue

---

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer ao CNPq (projeto 57/2008) e à FAPEMIG (projeto PPM III/2009) pelo apoio financeiro para realização de pesquisas que me permitiram o aprofundamento em abordagens empíricas teoricamente orientadas como a da interseccionalidade para o estudo das desigualdades sociais, em geral, e os estudos de gênero, em particular.

<sup>2</sup> Winker e Degele afirmam que dois autores – Pierre Bourdieu e Anthony Giddens – obtiveram êxito, cada um a seu modo, em desenvolver teorias – *Habitus-theorie* e *Theorie der Strukturierung* – que interconectassem os níveis da estrutura social e da identidade, da estrutura e da agência. No entanto, eles não teriam desenvolvido análises propriamente interseccionais (Winker/Degele 2009: 70-73).

a um diagnóstico preciso sobre as causas e os efeitos das desigualdades sociais?

Um dos aspectos centrais dessa abordagem interseccional diz respeito à necessidade de se perceber que as categorias de diferenciação produzem efeitos distintos, dependendo do contexto analisado. Portanto, a escolha das categorias de diferenciação nos diferentes níveis de análise deve levar em consideração esse aspecto levantado em relação às causas e aos efeitos, reconhecendo sempre que a especificidade histórica e contextual distingue mecanismos que produzem, estabilizam, perpetuam e naturalizam desigualdades sociais por diferentes divisões categoriais. A forma de investigar as desigualdades sociais e as discriminações nos níveis da estrutura social, das representações simbólicas e da identidade é diferenciada. A proposta de Winker e Degele (2007, 2008 e 2009) é que para a investigação da estrutura social seja realizada uma redução de categorias em quatro – classe social, raça, gênero e corpo. O intuito com essa redução no nível da estrutura é notar como essas categorias predeterminam, de forma significativa, o acesso ao mercado de trabalho e às posições no mercado de trabalho. Enquanto no nível identidade e das representações simbólicas é possível a ampliação das categorias de diferenciação. A idéia básica do conceito de interseccionalidade é que com ele seja possível explicar como normas, valores, ideologias e discursos, assim como estruturas sociais e identidades influenciam-se reciprocamente.

Dessa maneira, é possível, segundo afirmam as autoras inspiradas em Pierre Bourdieu, mas refletindo para além de Bourdieu, desenvolver pesquisas empíricas orientadas teoricamente que permitam perceber as mudanças reais ocorridas nas sociedades contemporâneas a partir da análise das práticas sociais, desvelando, assim, as formas de legitimação e justificação da dominação social injusta. Com o conceito de “violência simbólica,”<sup>3</sup> de Bourdieu, acredito que podemos enriquecer essa análise. Isto é, analisar não só as formas de violência manifestas, reconhecidas pelos agentes sociais em

---

<sup>3</sup> O conceito de “violência simbólica” é central na teoria de Pierre Bourdieu. Por “violência simbólica” compreende-se todo tipo de violência “suave,” insensível, invisível a suas próprias vítimas. (Bourdieu 1999: 7)

suas relações, práticas sociais e institucionais em geral, mas, especificamente, os processos de reprodução da “violência simbólica,” que legitimam o livre curso da dominação social injusta.

O artigo está dividido da seguinte maneira: inicialmente, serão discutidos os pressupostos teóricos da abordagem interseccional sugerida por Degele e Winker e sua proposta de inovação em relação aos paradigmas interseccionais concorrentes. Em seguida, debateremos a metodologia desenvolvida pelas autoras. No final, serão apresentadas as possíveis vantagens da abordagem interseccional proposta pelas autoras para as pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e *queer*.

\*\*\*

Para desenvolver seu conceito de interseccionalidade, as autoras propõem não só considerar os três níveis de análise – das estruturas sociais, da identidade e das representações simbólicas, mas também as diferentes categorias de diferenciação que, de distintas maneiras, geram e perpetuam formas de opressão, discriminação social e estereotipação. Há um consenso entre os/as pesquisadores/as das áreas referentes aos estudos de gênero, *Queer Studies*, teoria social e da sociologia da desigualdade a respeito da necessidade de incorporação de vários “eixos da desigualdade” ou “eixos da diferença” para o desenvolvimento de pesquisas sobre as relações dominação e de opressão na modernidade tardia. No entanto, a despeito de haver esse consenso, existe um déficit teórico central, como denunciam vários autores (Klinger/Knapp 2005; Winker e Degele 2007 e 2009). Na maioria das vezes, as pesquisas se concentram em apenas um dos níveis de investigação, no máximo dois. Também não há pontos de convergência entre os pesquisadores com relação à escolha das categorias geradoras de desigualdades sociais<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Na situação atual de pesquisa, põe-se em questão a discussão a respeito de quais e quantas categorias devem ser consideradas nos estudos sobre desigualdade social. O debate “clássico” considera três categorias – classe, gênero e raça (Klinger 2003, Knapp 2005 e Mc Call 2005). Entretanto, como

No debate alemão sobre a teoria da interseccionalidade, autoras como Gudrun-Axeli Knapp (2005), Leslie Mc Call (2005) e Cornelia Klinger (2003) defendem a ideia de que é necessário precisar o problema da interseccionalidade no nível estrutural. Elas criticam a concentração de estudos interseccionais no nível da identidade. E aqui a crítica é dirigida tanto em relação aos paradigmas *doing gender* quanto *doing difference*. O ponto fundamental da crítica a esses paradigmas é que eles, cada um a sua maneira, percebem as diferenças de gênero, classe e etnia como sendo produzidas simultaneamente em processos de interação, resultando em múltiplas formas de desigualdade social, repressão e relações de poder. Para Knapp, McCall e Klinger não faz absolutamente nenhum sentido aludir às relações de dominação de gênero, classe e raça no nível das interações sociais sem conectá-las ao nível estrutural. Isto é, sem poder indicar como e através de que classe, raça e gênero constituem-se como categorias sociais, tanto no contexto nacional quanto transnacional.

Pelo menos, no nível da estrutura social existe minimamente entre os autores um reconhecimento de que classe, gênero e raça estruturam e legitimam, sob diversas maneiras, desigualdades sociais. Além dessas categorias, Winker e Degele sustentam a importância de se adicionar a categoria corpo que, no atual estágio do capitalismo, aparece como de fundamental relevância para se pensar em novas formas de estratificação social.

Winker e Degele (2009:23) salientam que, apesar de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, cada um a sua maneira, terem desenvolvido teorias que procuraram ultrapassar as limitações unidimensionais e tenham tornado conhecidas abordagens que correlacionam, de forma adequada, estrutura e agência, eles não desenvolveram uma análise propriamente interseccional. Winker e Degele (2009: 73) não hesitam em afirmar que o conceito de *habitus* de Bourdieu representa um verdadeiro ganho para a articulação entre os níveis da estrutura social e da identidade, da relação entre agência e estrutura. Com

---

salientam Winker e Degele (2009) falta uma fundamentação teórica conclusiva para explicar por que precisamente essas categorias devem demarcar as linhas de diferença. Alguns autores pleiteiam a ampliação dessas categorias. Helma Lutz e Norbert Wenning (in Winker e Degele 2009:16), por exemplo, designam 13 linhas de diferença.

esse conceito, creem as autoras que Bourdieu lança um olhar certo para o entrecruzamento dos níveis da estrutura social e da identidade. Contudo, na visão delas, Bourdieu não teria tematizado adequadamente o nível das representações simbólicas, pois faltaria à sua teoria uma explicação apropriada de como normas, valores, ideologias e discursos influenciam tanto as estruturas sociais quanto a constituição de identidades e são por elas influenciados.

Para Bourdieu, qualquer forma de decisão consciente dos atores sociais vem sempre precedida de uma apreciação inconsciente, que se realiza através da prática, a partir da decodificação prerreflexiva dos *habitus* realizada pelos agentes. Com o conceito de *habitus* como um conjunto de “disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (Bourdieu, 1972:155; 2009:87) que são apreendidas e incorporadas ao corpo, de forma prerreflexiva, inconsciente e, por isso mesmo, “automática,” através de socializações, Bourdieu traça a interrelação entre os níveis das estruturas objetivas e cognitivas e da identidade. O *habitus* estabelece a mediação entre o sistema invisível de relações estruturadas, que influenciam e modelam as ações dos agentes em suas práticas, e as ações visíveis dos atores sociais, que estruturam as relações. As disposições são, para ele, ao mesmo tempo adaptadas às estruturas de poder e também produtoras dessas estruturas.

As estruturas cognitivas inseridas no mundo social são incorporadas pelos atores sociais através de suas práticas. Com isso, os atores dispõem de um conhecimento prático e de esquemas de classificação social que estão à disposição deles sob a forma de representações simbólicas. Todavia, o nível das representações simbólicas não recebeu a devida atenção de Bourdieu, não possuindo, em sua teoria, um lugar próprio. A ordem social estabelece-se na cabeça e no corpo dos indivíduos, de forma prerreflexiva, e com isso torna a classificação social, em grande medida, também imperceptível à consciência dos indivíduos. O que Bourdieu não considera apropriadamente é que as construções de identidade dos atores e as representações simbólicas estão entrelaçadas entre si, reproduzindo e produzindo estruturas sociais (Winker/Degele 2009: 73).

Em oposição a Bourdieu, Winker e Degele não colocam a categoria classe social como a categoria principal para predeterminar o acesso a bens e recursos materiais e simbólicos escassos nas sociedades modernas. As autoras veem a necessidade de perceber que as categorias de diferenciação produzem efeitos distintos, dependendo do contexto analisado, bem como do nível de análise. Portanto, a escolha das categorias de diferenciação nos diferentes níveis de análise deve levar em consideração esse aspecto levantado em relação às causas e aos efeitos, reconhecendo sempre que a especificidade histórica e contextual distingue mecanismos que produzem, estabilizam, perpetuam e naturalizam desigualdades sociais por diferentes divisões categoriais.

O nível das representações simbólicas recebeu especial atenção nas abordagens pós-estruturalistas. Judith Butler (1993), por exemplo, censura todas as abordagens que operam com categorias de diferença particulares. Butler claramente duvida da possibilidade de se trabalhar com categorias identitárias determináveis. O problema desse paradigma, segundo Winker e Degele (2009:21), é que essas análises não realizam um procedimento interseccional por não levarem em consideração a relevância do nível da estrutura social e também das ações interativas que não são absorvidas pela linguagem. Winker e Degele advogam, seguindo Bourdieu (1999), que os “dualismos” estão enraizados nas estruturas sociais e nos corpos e, portanto, para ultrapassá-los não basta dar enfoque exclusivamente à eficácia performativa das palavras. Em contrapartida, os paradigmas “socioestruturais” tendem a secundarizar a importância do nível das representações simbólicas em suas análises.

Para superar essas limitações, Winker e Degele (2009:63) sugerem, inspiradas em Bourdieu, uma teoria da interseccionalidade que parte da análise das práticas sociais acessíveis a uma investigação empírica, levando em consideração diversas categorias de diferença em ações recíprocas. Baseadas em Bourdieu, as autoras creem que uma sociologia crítica das desigualdades sociais tenha que, obrigatoriamente, realizar a articulação entre teoria e empiria. Com sua “teoria da prática”, Bourdieu (2009) se posiciona decisivamente contrário a teorias que se desenvolvem em “função de si

mesmas”, sem nenhuma relação com as práticas sociais. Enquanto no nível da estrutura as autoras consideram quatro categorias – classe, gênero, raça e corpo, nos níveis da identidade e das representações simbólicas não são estabelecidas, de antemão, as categorias diferenciais que serão analisadas na pesquisa. Estas serão contempladas na medida em que os entrevistados as identificarem e as nomearem como tais. Portanto, o sentido das categorias de diferenciação para as práticas sociais será desvelado pela associação de métodos indutivos e dedutivos de análise.

Quando as autoras destacam que serão abordadas nos três níveis diversas categorias de diferença isso não significa dizer, entretanto, que todas as categorias identificadas sejam igualmente importantes. A importância das categorias depende, de um lado, do objeto de investigação e, de outro, do respectivo nível de investigação. Essa é a razão para que sejam observadas, na forma de interações e ações sociais, as categorias de diferenciação lá encontráveis, sobretudo, em ações recíprocas. Dessa maneira, pode-se localizar em quais estruturas sociais e contextos simbólicos as práticas sociais estão inseridas, como elas produzem, estabilizam e modificam a construção de identidades, de subjetividades. Naturalmente, a conexão das categorias se dará de forma diferenciada, dependendo de qual nível de investigação se encontra em primeiro plano. O verdadeiro desafio consiste em visualizar as ações recíprocas de diferentes categorias nos três níveis e colocá-las no centro da análise.

\*\*\*

O ponto de partida da reflexão “interseccional” é a compreensão da dinâmica do capitalismo na atualidade. Sabendo-se que toda sociedade capitalista tem como objetivo principal a maximização do lucro, as autoras se interessam pelo entendimento da lógica de acumulação capitalista que, apesar das contradições e ambiguidades observáveis empiricamente, se autorreproduz e se autoperpetua. O olhar é dirigido para a lógica de funcionamento do atual estágio do capitalismo denominado de “pós-fordista”. O que elas pretendem é mostrar os efeitos nas relações, práticas sociais e



institucionais da implementação dessa lógica para a construção de uma análise interseccional. Para cumprir tal desiderato, faz-se necessário investigar os pressupostos da reprodução da força de trabalho no nível da estrutura; o novo “espírito do capitalismo” no nível das representações simbólicas e as novas formas de subjetivação baseadas na insegurança dos agentes sociais no nível da identidade. Elas partem da suposição de que todas as categorias de diferença têm em comum a regulação da lógica de acumulação capitalista – sua estabilização e também desestabilização, mesmo que o significado de cada categoria se modifique, dependendo do contexto histórico.

Vários autores<sup>5</sup> têm-se dedicado a construir uma explicação a respeito da singularidade, melhor dizendo, da novidade do capitalismo pós-fordista. Esses autores fazem diagnósticos que permitem compreender as fontes de legitimação e as formas de funcionamento da atual dominação social. Eles constroem interpretações que expõem as ambiguidades e contradições das sociedades centrais, em tempos marcados pela impossibilidade de manutenção do Estado de Bem-Estar social, da política de pleno emprego e de seguridade social e da formação de uma crescente “classe de excluídos” na Europa, composta essencialmente por imigrantes. Winker e Degele, baseadas nesses diagnósticos, constroem os pontos de partida de sua perspectiva interseccional no nível da estrutura social.

Um dos pressupostos centrais para reprodução da estrutura capitalista é, além da manutenção das condições socioeconômicas e do restabelecimento dos meios de produção, a reprodução da força de trabalho ao menor custo possível. Essa economia de mercado capitalista exige o acesso a forças de trabalho apropriadas, adequadamente qualificadas e flexíveis, com salários os mais baixos possíveis, sem que, para sua reprodução e disponibilização, originem-se altos custos (Winker/Degele, 2009:25-26). O uso e a articulação das categorias de diferenciação – classe, gênero, raça e corpo - têm como fim possibilitar o entendimento acerca da relevância dessas categorias com relação ao acesso ao mercado de trabalho remunerado, à distribuição desigual

---

<sup>5</sup> Boltanski e Chiapello (2009), Harvey (2008), Sennett (2006), Eickelpasch, Rademacher e Lobato (2008).

de salários, bem como à reprodução da força de trabalho a custos os mais favoráveis possíveis.

Claudia Rademacher (2007) apresenta um mapeamento do debate sobre os aspectos centrais da redefinição do regime de gêneros no pós-fordismo. Enquanto Birgitt Sauer (in Rademacher, 2007: 106), por exemplo, ressalta a permanência da dominação masculina no atual estágio do capitalismo, reafirmando, portanto, a continuidade da dominação masculina sob aparência de mudança, muitos estudos empíricos de gênero realizados na Europa têm mostrado transformações importantes no regime de gêneros. Brigitte Young (in Rademacher, 2007:106-107), ao contrário de Sauer, nota mudanças significativas no regime de gênero apontando para uma diminuição crescente das distinções entre homens e mulheres de classe média no mercado de trabalho. Em contrapartida, constata-se que há um deslocamento das desigualdades sociais, na medida em que se percebe, por um lado, uma maior igualdade entre homens e mulheres de classe média, por outro lado, nota-se um aumento nas diferenciações sociais e étnicas entre as mulheres. Esse aumento das desigualdades entre as mulheres tem sido assinalado a partir de estudos empíricos como o de Helma Lutz (2006), Sabine Hess e Ramona Lenz (2001) sobre a colocação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho alemão como empregadas domésticas, faxineiras e babás. Para atender às exigências no mercado de trabalho, típicas do “capitalismo flexível”, as mulheres bem-sucedidas estariam delegando o trabalho reprodutivo às mulheres imigrantes, normalmente, mal remuneradas em virtude de sua condição de imigrantes ilegais.

Para justificar e legitimar a atividade econômica, isto é, o envolvimento de “corpo e alma” dos indivíduos no processo incessante de acumulação do capital como um fim em si mesmo, para além das necessidades humanas, o capitalismo precisa de um “espírito”, como Max Weber (2004) muito bem nos ensinou. Como há uma nova estrutura produtiva e novas relações de trabalho, existe também um “novo espírito do capitalismo”, expresso por um conjunto de ideias. A compreensão do espírito do capitalismo contemporâneo foi levada a cabo, de forma acurada, por Boltanski e Chiapello (2010). A ideia fundamental do livro de Boltanski e Chiapello é que o capitalismo não constrói por si mesmo

suas fontes de legitimação. Muito pelo contrário, para se justificar, normativamente, o capitalismo apropria-se de construções simbólicas já existentes, dando-lhes um novo sentido, em total consonância com os imperativos da acumulação de capital. O capitalismo flexível apropriou-se da “crítica expressivista” feita a ele pelos movimentos da contracultura da década de 60. Valores como criatividade, expressivismo, liberdade individual, autenticidade, pluralidade, que faziam parte da semântica crítica dos intelectuais, boêmios e artistas ao capitalismo fordista são re-traduzidos pela nova semântica, no sentido de ganhar a adesão ativa que justifique o envolvimento e o comprometimento dos indivíduos no processo de acumulação do capital. São esses valores que estão no centro do que se pode chamar de “subjetividade empreendedora”. Valores como liberdade, independência, ousadia, autenticidade, expressividade são apropriados pelos gerentes, executivos, funcionários qualificados nos termos da acumulação do capital.

Interessa a Winker e Degele não só identificar como normas, ideologias e discursos hegemônicos servem para legitimar a dominação social, mas também mostrar como eles constroem identidades baseadas no que as autoras denominam de “ficções de segurança”. Num contexto marcado pela instabilidade e insegurança, em função dos altos índices de desemprego, das precárias condições de trabalho e das não raras reduções salariais e no qual se pode contar cada vez menos com a seguridade social, os indivíduos, com o intuito de vencer as próprias inseguranças com relação ao seu posicionamento social, utilizam as categorias de diferenciação para criarem “pertencas” e marcarem as distinções entre o “nós/eu” e os “outros”. Essas hierarquizações estão baseadas em outras distinções assimétricas de valor (Eickelpasch/Rademacher 2004). Com isso, na diferenciação assimétrica em relação aos outros, os indivíduos constroem para si mesmos “ficções de segurança”.

É na distinção em relação aos que se encontram numa posição inferior na hierarquia social ou, mesmo que não seja propriamente “inferior”, seja ao menos desfavorável para atender às exigências do mercado de trabalho, constroem-se as “ficções de segurança”. Ao realizarem pesquisas empíricas com pessoas desempregadas na Alemanha, Winker e Degele ( 2009:59-62 )

localizaram como categorias de diferenciação citadas pelos entrevistados para a construção de sua identidade: trabalho, renda, educação, origem social/família/redes sociais, Generativität ( categoria usada para designar pessoas que têm filhos), classificação quanto ao sexo, orientação sexual, nacionalidade, etnicidade, região, religião, idade, constituição física/saúde, atratividade. Além das competências reconhecidas como fundamentais para o acesso ao mercado de trabalho como algum volume significativo de capital cultural incorporado ao corpo e o fato de estar inserido em redes sociais, cresce a importância com relação às atribuições físicas com as categorias idade, habilidades, saúde e atratividade. A nova estrutura de classificação/desclassificação social, que está na base da construção de identidades, é construída, em linhas gerais, a partir das seguintes diferenciações: emprego estável/emprego precário; empregados/desempregados; trabalho remunerado/trabalho não remunerado; rico/pobre; culto/inculto; com contatos (redes sociais)/sem contato (redes sociais); masculino/feminino; com filhos/sem filhos; heterossexual/homossexual; europeu/não europeu; alemão/estrangeiro; imigrante legal/imigrante ilegal; branco/negro; grupo dominante/minoria étnica; moderno/tradicional; ocidental/não ocidental; cidade/campo; cristão/mulçumano; saudável /doente; produtivo/parcialmente produtivo; bonito/não atraente; bem cuidado/descuidado; jovens/velhos<sup>6</sup>.

Vale lembrar, no entanto, que no nível da identidade as categorias estão “em aberto” o significa dizer que podem surgir sempre novas categorias para delimitarem as fronteiras entre os “incluídos” e os “excluídos”. Se, por um lado, as identidades são construídas pela dissociação e exclusão dos outros, por outro, o aumento da segurança se dá através de uma busca contínua dos indivíduos pela melhora de seu desempenho. E é aqui que a categoria corpo vem ganhando destaque. Os indivíduos investem cada vez mais tempo e dinheiro para a consecução do ideal do corpo saudável e atraente. Por isso, se mantém também um sistema abrangente e múltiplo de diferenciação.

---

<sup>6</sup> Para maiores detalhes, ver Winker/Degele (2007: 14)

Contrariamente ao que ocorre no nível da identidade, no nível da estrutura as categorias de diferenciação são reduzidas a quatro – classe, gênero, raça/etnia e corpo. Com essas categorias pode-se determinar a situação social dos membros da sociedade a partir de seu posicionamento no mercado de trabalho e sua responsabilidade pela reprodução da própria força de trabalho. As quatro categorias descrevem processos e relações dentro da lógica de acumulação capitalista. As relações de poder presumidas para cada uma das categorias são: o classismo (designa relações de dominância de classe baseadas nos volumes de capital econômico, cultural e social que se “materializam” através das diferenciações salariais, de prestígio e reconhecimento social); sexismo/heteronormatividade ; racismo (principal categoria de estratificação relacionada à flexibilização do acesso ao mercado de trabalho) – com essa categoria excluem-se pessoas com valores não hegemônicos, não ocidentais, imigrantes, por exemplo, e o *Bodismus* (que hierarquiza a partir da capacidade que cada indivíduo tem de ser responsável pela reprodução de sua própria força de trabalho) – são excluídos os velhos, os doentes, os portadores de quaisquer deficiências físicas, enfim os considerados menos produtivos, ao mesmo tempo em que se tem uma crescente comercialização da beleza e da juventude.

A categoria classe cria hierarquizações no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho remunerado e à distribuição de recursos materiais e simbólicos. Na nova estrutura do capitalismo, a utilização da categoria classe não se restringe à velha divisão entre capitalistas e assalariados. A estratificação social no mercado de trabalho se constrói a partir de distinções como: empregos estáveis/empregos precários ou ocasionais; empregos em tempo integral/empregos em tempo parcial; empregados/desempregados.

A categoria gênero sugerida pelas autoras envolve não só a classificação binária quanto ao sexo, mas também a orientação sexual. As construções sociais das diferenciações homem/mulher e a classificação heterossexual estão sempre reconstruindo a categoria gênero. O gênero concebido, assim, de forma mais abrangente, estrutura a posição no mercado de trabalho, além de traçar as divisões entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. As diferenciações salariais e as possibilidades de acesso aos

cargos de maior prestígio social e poder ainda é, em grande parte, determinada pela conotação sexual de áreas de trabalho. Bourdieu (1999 e 2008) demonstrou como algumas áreas do mercado de trabalho foram desvalorizadas à medida que as mulheres foram ocupando cada vez mais postos nessas áreas. Estudos empíricos também têm mostrado a necessidade de “encenação da heterossexualidade” em algumas áreas específicas do mercado de trabalho (Adkins 1998). Ao mesmo tempo em que os estudos empíricos têm comprovado não ser mais realidade a separação pura e simples entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, que esteve no centro das denúncias feitas pelo movimento feminista na década de 60, sabe-se que a despeito da crescente participação dos pais na educação dos filhos, as mulheres ainda são sobrecarregadas na divisão sexual do trabalho reprodutivo.

A categoria raça/etnia produz assimetrias e regula, entre outras coisas, o acesso ao mercado de trabalho e diferenciações salariais através de classificações simbólicas que transformam grupos em raças (Weiss, 2001). Constroem-se hierarquias separando europeus de não europeus, onde são marcadas as diferenças entre europeus e indivíduos vindos de países pobres da África, América Latina e Ásia. Colocam-se ainda as hierarquias entre imigrantes com permissão de trabalho e residência e imigrantes ilegais sem permissão de residência e trabalho (empregadas domésticas e prostitutas) e imigrantes “tolerados”, que possuem permissão de residência, mas não possuem permissão de trabalho. Imigrantes “tolerados” são, muitas vezes, expulsos, mesmo tendo autorização de permanência e residência na Alemanha, se não tiverem condições de se sustentarem, uma vez que os benefícios sociais são destinados, antes de tudo, às pessoas de nacionalidade alemã.

A categoria corpo é incluída no nível estrutural por Winker e Degele por ela ter surgido em diversos estudos empíricos<sup>7</sup> como tendo desempenhado um papel importante no posicionamento dos indivíduos no mercado de trabalho. Em função das transformações na estrutura do capitalismo, da importância cada vez maior que as inovações tecnológicas têm nessa nova configuração,

---

<sup>7</sup> Ver Kaufmann 2005, Hillman 2002 e Degele/Sobiech 2007.

houve uma mudança na estrutura hierárquica das empresas, das corporações em geral. Se, em época de pleno emprego, anos 60 e 70, os trabalhadores mais velhos ocupavam as posições hierarquicamente superiores, esta hierarquia atualmente foi invertida. O que se espera da “subjetividade empreendedora”, além da mobilidade e da disponibilidade para ser alcançável a qualquer tempo e fazer dos interesses da empresa os seus próprios interesses, é uma disposição permanente para aprender. São recorrentes as pesquisas que correlacionam o bom desempenho intelectual ao cuidado cotidiano com corpo. Há uma interconexão imediata entre a prática de esportes, a preocupação com a beleza, a saúde e bom desempenho no mercado de trabalho. Convocando, assim, os indivíduos a se autorresponsabilizarem completamente pelos cuidados com seu próprio corpo. O que todas as quatro categorias de diferenciação têm em comum é o fato de contribuírem para a reprodução da mão de obra a custos os mais favoráveis possíveis.

No nível das representações, o intuito é perceber como normas, discursos, ideologias, estereótipos hegemônicos contribuem para a construção de subjetividades, ao mesmo tempo em que apóiam relações de poder e dominação. O objetivo principal de análise deste nível é mapear e descrever, de um lado, os discursos hegemônicos e, de outro, as posições contrárias e concorrentes a esses discursos. A investigação deste nível é realizada utilizando-se o método da análise de discursos veiculados em novelas, revistas, jornais, propagandas, internet, filmes etc. Com as entrevistas, é possível perceber como e até que ponto essas representações ganham “o coração e a mente das pessoas”. Isto é, em que medida as pessoas usam e produzem performativamente essas e novas representações para traçarem as linhas de distinção entre o “nós e os outros”, sob a forma de ficções de segurança. Além disso, nota-se ainda o grau de percepção dos entrevistados com relação às representações simbólicas veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Isto é, é possível averiguar se eles percebem os clichês, quais grupos os percebem e se, apesar de possuírem uma “percepção mais crítica” como ela se manifesta em suas disposições para pensar, agir e

sentir. Melhor dizendo, averiguar quais são as contradições e ambiguidades envolvidas nessa “percepção mais crítica”.

A ideologia central para a reprodução da estratificação por classes é a meritocrática. No pós-fordismo ela é acentuada com o ideal de “subjetivação empreendedora”. Num contexto de crise do Estado de Bem-Estar social estão todos convocados e desafiados, a todo o momento, a se autorremodelarem permanentemente, a estarem perpetuamente dispostos a aprender. O discurso meritocrático está ancorado como norma no senso comum articulando, inclusive, a “promessa de inclusão” aos excluídos, aos desempregados e precariamente empregados. O princípio do mérito, que é a base para a justificação dos prêmios e castigos atribuídos aos indivíduos nas sociedades capitalistas, legitimando, portanto, o acesso privilegiado de alguns indivíduos a bens e recursos materiais e simbólicos escassos, é definido segundo valores *standards*, cujo ponto de referência normativo não é, de forma alguma, neutro. Ao contrário, refere-se à atividade econômica do macho, das classes dominantes, heterossexual. Sendo assim, todos os indivíduos e grupos que, em função de suas especificidades culturais, de gênero, raça/etnia, classe social, sexualidade, idade, etc. não possuem as mesmas disposições desse grupo de privilegiados na hierarquia social são classificados negativamente como “inferiores”. Como vários autores têm denunciado, toda a força da ideologia da meritocracia<sup>8</sup> está em universalizar as disposições para comportamento e pensamento de alguns grupos sociais privilegiados como padrão para julgamento e expectativa de comportamento para todos os grupos sociais.

Um ótimo exemplo da violência simbólica são os livros que têm se tornado *best sellers* na Alemanha destinado às mulheres bem-sucedidas. Estes livros continuam propagando, de um lado, a essencialização do gênero ao admitirem que as estratégias para a ascensão social das mulheres são distintas das utilizadas pelos homens – “como mulher, você precisa de outras estratégias e capacidades que seus amigos homens” (Rademacher 2007:112) e, de outro lado, obscurecendo toda a dominação masculina. São

---

<sup>8</sup> Para maiores detalhes sobre a crítica à ideologia meritocrática, ver Young (1990).



apresentadas listas com conselhos a respeito de como devem agir, pensar e sentir as mulheres que almejam chegar ao topo de sua carreira. Essa literatura reproduz a ideologia dominante do neoliberalismo pós-fordista baseada na autodeterminação e na liberdade individual. A mensagem propagada é que o sucesso é só uma questão de saber se posicionar e quem não consegue é por culpa própria.

A representação simbólica que constrói as diferenças de gênero e raça está baseada essencialmente na naturalização, melhor dizendo, essencialização de gênero, raças/etnias. São construídas designações assimétricas que traçam as linhas de diferenciação hierarquicamente e arbitrariamente construídas entre os grupos. A cisão principal é entre o nós e os outros e a isso estão atreladas outras diferenciações de valor como racional/emocional- instintivo; moderno/arcaico; civilizado/não civilizado dentre outros (Eickelpasch/Rademacher 2004:84).

É principalmente em nome dos “interesses da comercialização” que são difundidos os discursos nos meios de comunicação de massa acentuando o poder curativo dos esportes, da profilaxia e do cuidado consigo mesmo. Esses discursos enfocam e ressaltam a capacidade que cada indivíduo tem de modelar o seu corpo, traçando uma correlação direta entre vontade individual, corpo saudável, inteligência e melhor desempenho no mercado de trabalho. Degele e Winker (2007:10) citam como exemplo a campanha publicitária feita pela revista *Stern* baseada no slogan “Mais forte, mais saudável, mais inteligente”.

\*\*\*

Para realizar os cruzamentos interseccionais, Winker e Degele (2009: 63-97) sugerem como primeiros passos da metodologia que os pesquisadores se concentrem na análise de cada entrevista, na percepção a respeito de quais categorias de diferenciação podem provocar diferentes formas de exclusão social, dependendo do contexto analisado e dos níveis de

análise. O primeiro passo da análise interseccional diz respeito à identificação das categorias de diferenciação que são apresentadas pelos entrevistados. Na maioria das vezes, é possível notar que algumas declarações dos (as) entrevistados (as) dirigem-se não apenas a uma categoria de diferenciação, mas, ao contrário, a várias categorias. Só depois de se perceber como os indivíduos constroem suas narrativas designando e nomeando, muitas vezes de maneira fragmentada e imprecisa essas categorias, é que se iniciam as outras análises interseccionais.

Vale a pena recuperar o exemplo dado por Winker e Degele ( 2007:11-15 ) na análise de uma entrevista realizada com uma imigrante curda “tolerada” na Alemanha. Na Alemanha a denominação “imigrante tolerado” significa que esta pessoa possui visto para residir no país sem, no entanto, ter autorização para trabalhar na Alemanha. Normalmente, essas pessoas obtêm asilo político na Alemanha. Esse é exatamente o caso da imigrante curda entrevistada. Para essa senhora, o desamparo e a solidão são os temas centrais. Ela se sente excluída por não ter autorização para trabalhar e por receber assistência social. Reclama da forma descortês e desumana como é tratada pelas instituições alemãs. Ademais, essa senhora sofre recorrentemente violência doméstica por parte de seu marido, que ainda ameaça constantemente mandá-la de volta para a Turquia. É pelos seus filhos que ela admite se submeter e tolerar todo tipo de humilhação que lhe é imposta por seu marido. O medo de ser separada dos filhos lhe gera um enorme sofrimento, condenando-a a viver um verdadeiro drama. Esse medo da expulsão da Alemanha está ligado não a apenas uma categoria, mas a duas – gênero e etnicidade. A categoria idade também aparece como sendo decisiva quando ela afirma categoricamente que sua vida não tem saída, que é tarde para recomeçar – “eu não tenho nenhuma chance”.

A partir das entrevistas parte-se para a investigação dos outros dois níveis. Como não é permitida a autorização para trabalho tampouco são concedidas possibilidades de formação profissional para os imigrantes “tolerados”, além de estarem essas pessoas, a todo o momento, correndo o risco de não terem o seu asilo garantido, caso não tenham permanecido em prisões em seu país de origem ou não possuam qualquer comprovação de

perseguição em seu país de origem. Como se não bastasse, no caso do divórcio, como o direito turco e as relações familiares na Turquia são frequentemente de cunho patriarcal, a dominação de gênero é legitimada e estabilizada na esfera privada, não oferecendo às mulheres nenhum tipo de proteção. São as informações referentes à situação jurídica (leis) e à prática política que possibilitam a análise do nível estrutural. A partir da fala da imigrante, constata-se, por exemplo, no nível da estrutura, a restrição dos direitos humanos para as esposas de imigrantes tolerados, às quais é negado o direito de permanência autônomo.

A partir das declarações da imigrante curda tolerada iniciam-se os cruzamentos interseccionais no nível das representações simbólicas. Claramente, ela se sente estigmatizada por ser beneficiária da assistência social. Sofre com acusações cotidianas que são repetidas, sob as mais diversas formas, pelos meios de comunicação de massa e pela opinião pública em geral. O estigma está baseado na ideia de que os imigrantes procuram uma “vida fácil” indo para a Alemanha, usufruindo das benesses do seguro social, concorrendo, assim, com os alemães, legítimos beneficiários de tal seguro. Para que seja realizada a análise desse nível, é necessário recorrer a fontes adicionais de dados como o discurso veiculado pelas novelas, propagandas, jornais, internet etc. Estes textos podem ser avaliados numa perspectiva de análise do discurso. Só a interligação entre as análises de discurso dos textos e das entrevistas pode efetivamente evidenciar tanto as representações simbólicas dominantes quanto os discursos concorrentes. Em última instância, é apenas com as entrevistas que se pode mostrar como as representações simbólicas são interpretadas e recriadas nas práticas sociais.

As estruturas, por sua vez, só podem ser investigadas recorrendo-se a um material estatístico de dados, a leis etc. De forma análoga, os conhecimentos obtidos no nível das estruturas sociais também se manifestam no nível da identidade. Sem dúvida, também os níveis da estrutura e da representação simbólica também estão conectados. Por exemplo, no nível das representações podemos ressaltar, a partir da análise dos discursos, questões mais amplas para serem investigadas no nível da estrutura e, inversamente, é

o conhecimento dos dados estruturais que torna compreensível os textos sob a ótica da análise do discurso.

Dessa maneira, são colocados os níveis e categorias em ação recíproca. Voltando ao exemplo da imigrante curda tolerada. Na medida em que são negadas às esposas de imigrantes tolerados as autorizações de permanência autônoma, elas geralmente não têm outra opção que não seja “ficar em casa”. Sem falar que a exclusão da possibilidade das esposas possuírem autorização autônoma de permanência reproduz o tipo de casamento descrito pela imigrante. Assim, cria-se e confirma-se uma identidade com baixa autoestima e baixa autoconfiança que, quando posta frente a frente seja, por exemplo, com o juiz que lhe concede a autorização de permanência, seja com seu marido, confirma na prática todo o estigma. Condenando-a, portanto, a uma vida sem alternativas. Novas leis são feitas, normas e discursos e difundidos, permitindo que se reitere constantemente o preconceito social.

\*\*\*

Com a abordagem interseccional proposta por Degele e Winker tem-se a vantagem de realizar um diagnóstico mais preciso a respeito das causas e dos efeitos das desigualdades sociais em suas diversas matizes. E é aqui que essa abordagem pode contribuir teórica e empiricamente para as pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e *queer*. Ao considerar uma multiplicidade de categorias de diferenciação, partindo das práticas cotidianas dos agentes sociais e ligando, dessa maneira, construções identitárias com modelos de interpretação simbólicos e condicionamentos estruturais, evita-se a arbitrariedade da escolha *a priori* de categorias, uma vez que a análise de cada um dos níveis e de sua interrelação pressupõe precisão no que se refere à identificação dos diferentes efeitos produzidos por essas categorias de diferenciação, dependendo do contexto e do nível analisado. Além disso, com a abertura das categorias de diferenciação nos níveis da identidade e das representações simbólicas, é possível atentar-se para o surgimento de novas categorias de diferenciação produtoras e reprodutoras de formas de estratificação social.

Mais ainda, a abertura das categorias de diferenciação permite que se tornem visíveis as construções dos eixos das diferenças, que são naturalizadas e hierarquizadas nas relações, práticas sociais e institucionais, gerando, das mais variadas formas, exclusão social, dor e sofrimento. Dessa maneira, é possível desvelar a violência simbólica que legitima e justifica a dominação social em suas diversas manifestações cotidianas. É possível ainda mostrar como operam os sistemas de classificação/desclassificação social em diferentes contextos e, com isso, desconstruir os códigos binários, sempre presentes nas categorias de diferenciação, que estão sempre produzindo e reproduzindo assimetrias arbitrariamente construídas entre os indivíduos.

### Referências Bibliográficas

ADKINS, Lisa. "Feminist Theory and Economic Change". In: Stevi Jackson/Jackie Jones (eds). *Contemporary Feminist Theories*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1998, p. 34-49.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédée de trois études d'ethnologie kabyle*. Genève:Droz, 1972.

\_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. *O senso prático*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

BUTLER, Judith. "Kontingente Grundlagen: Der Feminismus und die Frage der "Postmoderne". In: Seyla Benhabib/Judith Butler/Drucilla Cornell/Nancy Fraser. *Der Streit um Differenz. Feminismus und Postmoderne in der Gegenwart*. Frankfurt/M: S. Fischer, 1993, p.31-58.

DEGELE, Nina; WINKER, Gabriele. Intersektionalität als Mehrebenenanalyse, texto disponível: [http://www.tv-harburg.de/agentec/winker/pdf/Intersektionaliteat\\_Mehrebenen.pdf](http://www.tv-harburg.de/agentec/winker/pdf/Intersektionaliteat_Mehrebenen.pdf), 2007.

DEGELE, Nina; SOBIECH, Gabriele. "Fit for life?" – Soziale Positionierung durch sportive Praxen. Beiträge zur feministischen Theorie und Praxis, Heft 69, 2007, p. 109-118..

\_\_\_\_\_. "Praxeologisch differenzieren Ein Beitrag zur intersektionalen Gesellschaftsanalyse". In: Cornélia Klinger; Gudrun-Axeli Knapp. Überkreuzungen: Fremdheit, Ungleichheit, Differenz. Münster: Verlag Westfälisches Dampfboot, 2008.

\_\_\_\_\_. Intersektionalität: Zur Analyse sozialer Ungleichheiten. Bielefeld: transcript Verlag, 2009.

EICKELPASCH, Rolf; RADEMACHER, Claudia. Identität. Bielefeld: Transcript, 2004.

EICKELPASCH, Rolf; RADEMACHER, Claudia; LOBATO, Phillip. Metamorphosen des Kapitalismus und seiner Kritik. VS Verlag, 2008.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. 17ª Edição. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HESS, Sabine; LENZ, Ramona (Hrsg.). *Geschlecht und Globalisierung: Ein kulturwissenschaftlicher Streifzug transnationale Räume*. Ulrike Helmer Verlag, 2001.

KAUFMANN, Franz-Xaver. Schrumpfende Gesellschaft. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2005.

KLINGER, Cornelia. "Ungleichheit in den Verhältnissen von Klasse, Rasse und Geschlecht". In: Gudrun-Axeli Knapp/Angelika Wetterer (Hrsg.). Achsen der Differenz. Gesellschaftstheorie und feministische Kritik II. Münster, 2003, 14-48.

KLINGER, Cornelia/Gudrun-Axeli Knapp. Achsen der Ungleichheit – Achsen der Differenz. Verhältnisbestimmungen von Klasse, Geschlecht, Rasse/Ethnizität. In: Transit –Europäische Revue. Heft 29, 2005, 25-55.

LUTZ, Helma. Vom Weltmarkt in den Privathaushalt. Die neuen Dienstmädchen im Zeitalter der Globalisierung. Opladen: Leske + Budrich, 2006.

McCall, Leslie. The Complexity of Intersectionality. In: Signs. Journal of Women in Culture and Society 30, 2005, 1771-1800.

RADEMACHER, Claudia. Prekäre Transformationen: Pierre Bourdieus Soziologie der Praxis und ihre Herausforderungen für die Frauen- und Geschlechterforschung. Querelles. Wallstein Verlag, 2007, 96-117.

SENETT, Richard. Der flexible Mensch: Die Kultur des neuen Kapitalismus. Berlin: BUT Berliner Taschenbuch Verlag, 2006.